

## **Nota da Frente em Defesa do SUS-MG: As Ameaças de Destruição do SUS no governo Bolsonaro**

No governo Bolsonaro vive-se momentos duros de grave desrespeito à democracia, aos direitos trabalhistas e previdenciários da população brasileira, bem como desrespeito ao meio ambiente e principalmente ao direito à Vida, em especial dos mais pobres e vulneráveis.

Junto com isto, presenciamos também uma sanha neoliberal de entrega e venda do Estado Brasileiro e destruição das políticas públicas de cultura, assistência social, educação e saúde.

O nosso Sistema Único de Saúde, construído na luta da Reforma Sanitária Brasileira, apesar de receber recursos insuficientes, mantém, ainda que com dificuldades, seu compromisso com a saúde da população brasileira, atuando com um modelo assistencial com destaque para as Equipes de Saúde da Família, o Programa Mais Médicos, o NASF, a rede substitutiva de saúde mental e tantas outras ações na atenção primária, nas urgências e emergências e em outros pontos da rede, além de ações de prevenção de agravos e de promoção a saúde.

Lutamos muito para aumentar seu financiamento, sempre para atender a todos de maneira integral e com qualidade. Sabíamos dos limites, mas seu modelo de assistência com foco na atenção primária e nas equipes de saúde da família nos dava força para continuar lutando pelo sonho de um SUS universal e público com integralidade e qualidade, com respeito aos trabalhadores e trabalhadoras, ao nosso controle social e à toda a população adscrita, inclusive sempre batalhando para o seu total cadastramento.

No Governo Bolsonaro, o que vemos agora é uma ameaça grave de destruição do SUS. Ao desrespeitar os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, o controle social e ao privatizar o que é do povo brasileiro, o governo dá enormes pistas de sua desresponsabilização com as políticas públicas e com o SUS.

Além da EC-Emenda Constitucional da MORTE que congela os recursos da saúde por 20 anos, defendida e mantida pelo governo Bolsonaro, soma-se agora a PEC Emergencial, enviada por este governo ao Congresso, que anuncia menos recursos ainda para o SUS ao desresponsabilizar os entes federados (estados e municípios) da aplicação dos percentuais constitucionais de financiamento das ações de saúde.

Não bastasse, o governo atual lançou o Programa Médicos pelo Brasil que sequer menciona as Equipes de Saúde da Família, o que aponta mudança importante no modelo, com possível centralização das ações de saúde na figura do médico e exclusão dos demais profissionais da saúde, ou seja, excluindo as equipes multidisciplinares. E ainda coloca estes profissionais sob gestão de uma agência/empresa que será a responsável por sua contratação e gestão, incluindo prestação de serviços – as conhecidas Organizações Sociais (OS). Este modelo de gestão precariza as condições de trabalho dos profissionais de saúde e, principalmente, pode comprometer a qualidade do cuidado em saúde. Permite inclusive a transferência de recurso público para o privado e, dessa forma, pode propiciar a privatização da Atenção Básica. Temos exemplos na diferença na estabilidade do cuidado e dos profissionais quando se faz gestão pública da atenção primária (Belo Horizonte é exemplo disto), diferentemente do Rio, que ao contratar as equipes via OS vê suas equipes diminuídas, além da demissão dos profissionais.

E pior, o governo Bolsonaro publicou em 12/11/2019 a Portaria 2979, que institui o Programa Previne Brasil, estabelecendo novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Esta portaria desrespeita o artigo 17 da Lei Complementar 141 de 2012, que financia as Equipes de Saúde da Família e os serviços de saúde com um contingente de recursos baseado no porte da população das cidades (PAB Fixo) com atendimento e respeito às desigualdades regionais. Pela LC 141/2012, são também repassados os incentivos para ações assistenciais das ESF e ações complementares, por exemplo, do NASF

(PAB variável), com cadastramento dos usuários e incentivo a ações no território, além de fortalecimento para todos os níveis de atenção.

A Atenção Primária com as Equipes de Saúde da Família (ESF) e suas ações complementares, do núcleo de apoio à saúde da família (NASF), saúde bucal e mental, é a “Alma do SUS”. Este modelo ao organizar o cuidado por e nos territórios, torna possível conhecer a população cadastrada e sua realidade, cria vínculo com esta população adscrita (onde os agentes comunitários de saúde - ACS e toda a equipe são fundamentais), podendo, de fato, transformar a saúde das pessoas e das famílias, além de incentivar mudanças rumo à promoção da saúde nas comunidades e territórios, de forma articulada com múltiplos profissionais e ações intersetoriais com outras políticas públicas.

A proposta do governo introduz outro formato de Equipe de Atenção Primária (médico e enfermeiro) concorrente com a composição atual, vigente desde 2004, quando foi criada a Política Nacional de Atenção Básica. Extingue o Piso de Atenção Básica (PAB-Fixo) e as transferências federais adicionais para custeio do cuidado complementar (PAB-Variável). O financiamento passa a ser parametrizado por três componentes: capitação ponderada; pagamento por desempenho; e incentivo para ações estratégicas, com cálculos complexos e ainda sem aprofundamento de forma ampla com os atores envolvidos.

O repasse por número de habitantes incentiva o cadastramento de todos e estimula atingir o SUS universal, o SUS para todas e todos. No modelo instituído pela Portaria nº 2979 o repasse agora não se fará mais pelo número de habitantes das cidades e sim por pessoa cadastrada, o que gera vários questionamentos: com que intenção esta volta atrás, senão para segmentar o SUS e dificultar o acesso da população? Por que tirar o PAB variável, que incentiva outras ações para além do atendimento clínico e focado no indivíduo? Sabemos que a consulta é importante, mas ações de cuidado coletivo e ações complementares, também o são. Essas serão abolidas com esta forma de financiamento. Fundamentalmente esta forma de financiamento só por pessoa cadastrada, dificultará o cadastramento de todos e o acesso por perda de recursos. Simulações elaboradas pelo Conselho Nacional de Saúde, conselhos estaduais e municipais de saúde, pesquisadores e alguns COSEMS como o de SP e Rio já mostram perdas importantes de recursos para a Atenção Básica.

Em nosso entendimento, o objetivo da proposta do governo Bolsonaro é agravar o subfinanciamento do SUS e se desresponsabilizar pelo direito à SAÚDE DE TODOS como DEVER do ESTADO, conforme assegurado na nossa Constituição de 1988.

Muitos já estão na luta e chamamos a todos e todas para organizar MG e BH em DEFESA DO SUS, público, universal e de qualidade, com ênfase na Atenção Primária ampliada e promotora da saúde da população. Lutamos também pela integralidade do cuidado, em todos os pontos da rede (na rede substitutiva de saúde mental, saúde bucal, nas urgências, internações, reabilitação, etc). Chegar mais perto da população nos bairros, nas cidades, nas comissões locais de saúde, nos locais de trabalho e conversar sobre a importância do SUS é nosso caminho.

Por tudo isto e pelo desrespeito deste governo atual, inclusive com a pactuação com os Conselhos de Saúde, A FRENTE EM DEFESA DO SUS MG convida a todas e todos para caminharmos juntos e juntas nesta luta. Nosso SUS não pode ser destruído. O SUS, é direito da população à saúde e à vida! E é dever do Estado Brasileiro.

### **Participantes da Frente em Defesa do SUS-MG:**

1. FPB - Frente Brasil Popular MG
2. Frente Povo Sem Medo MG
3. Movimento Mundo do Trabalho Contra a Precarização
4. CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

5. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
6. CUT/MG- Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais
7. CTB/MG - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
8. MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
9. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
10. ASUSSAM-MG- Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais
11. Marcha Mundial das Mulheres
12. CMP - Central de Movimentos Populares
13. TransVida – MG – Transplantes pela Vida em Minas Gerais
14. Assoc Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia - Núcleo Minas Gerais
15. CPT - Comissão Pastoral da Terra
16. BIOSAÚDE - Associação Brasileira de Saúde Popular
17. REDE UNIDA - Associação Brasileira Rede Unida
18. CONEN - Confederação Nacional de Entidades Negras
19. CONAM- Confederação Nacional das Associações de Moradores
20. Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais
21. Conselho Municipal de Saúde de BH
22. Fórum Mineiro de Saúde Mental
23. Frente Mineira Sobre Drogas e Direitos Humanos
24. Movimento Nacional Fé e Política
25. Frente Nacional Democratização da Comunicação
26. Diretório Central dos Estudantes – UFMG
27. MOPSC-MG - Movimento Popular de Saúde Coletiva
28. Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG
29. Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares
30. SINDSAÚDE-MG – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde de MG
31. SINDIELETRO MG – Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética MG
32. SINDIFES – Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino
33. FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
34. SINDIMETRO- Sindicato dos Empregados Transportes Metroviários e Conexos de MG
35. SINTECT-MG- Sind. Trabalhadores nas Emp. de Correios, Telégrafos e Similares de MG
36. SINDAGUA-Sindicato Trab. Ind.de Purificação e Dist. de Água e em Serviços Esgotos MG
37. Sindicato dos Securitários de MG
38. Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem
39. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais
40. Associação dos Diabéticos de Belo Horizonte
41. APUBH-Sindicato dos Professores de Universidades de Belo Horizonte
42. FSPSST- Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais

43. SINTSPREV-Sind. Trab Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assist. Social MG
44. SINTTEL-Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de MG
45. Consulta Popular
46. CRESS - MG -Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – Comissão de Saúde
47. CONSEA/MG-Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável do Estado de MG
48. LPS - Luta Popular e Sindical
49. Fundação Maurício Grabois
50. Núcleo de Saúde do Partido dos Trabalhadores
51. PT/MG – Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais
52. PSOL/BH - Partido Socialismo e Liberdade
53. PC do B/MG - Partido Comunista do Brasil
54. SIND-UTE
55. Mandatos Parlamentares estaduais e federais do PT, PCdoB, PSOL e Ana Paula da REDE
56. Regionais e setoriais de saúde dos partidos PT, PC do B, PSOL e Rede
57. Associação Nacional de Pós-Graduação
58. Conselho Municipal de Saúde de Ibirité
59. Coletivo Linhas do Horizonte
60. Coletivo Alvorada
61. Residência Multi Saúde Mental
62. Liga de Intervenção em Saúde
63. UJC – União de Jovens Comunistas – PCB